

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 87ª Reunião Extraordinária – Ano 2021
29 de janeiro de 2021

001 Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14
002 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se de forma on-line através
003 da plataforma digital endereço:
004 <https://us02web.zoom.us/j/88182479307?pwd=REFxeTJ5cXdMVjU2U1lzSG0yaTBNdz09>, para
005 a 87ª (octogésima sétima) Reunião Extraordinária no período de 14 às 18 horas, sob a
006 Presidência da Conselheira Milene Weck Terra e secretariada pelo Secretário Executivo
007 Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as) Conselheiros (as): Nésio Fernandes de
008 Medeiros Junior (SESA), Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), José Tadeu Marino (SESA),
009 Vera Lúcia Peruch (SESA), Rafael Vulpi Caliarri (SESA), Darcy Viqueti Fassarella (FEHOFES),
010 Raulino Pereira Gouveia (Ministério da Saúde), , Maria Maruza Carlesso (SINFES), Isabela
011 Recla Segatto (SINFES) Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana Peixoto Carvalho Tibúrcio
012 (SINDIENFERMEIROS), Geiza Pinheiro Quaresma (SINDSAÚDE), Luiz Tupinambá
013 Bittencourt da Silva (SINDIPÚBLICOS), Magna Nery Manoeli (SINDIPÚBLICOS), Elci Lobão
014 Medeiro (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES),
015 Mansour Cadais Filho (SINDINAPI/ES), Antonio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES),
016 Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Wilton Alvarenga
017 Drumond (GRUPAES), Elizabeth Regina Lopes (Mitra) e Ligia Pereira Andreati (FEAPAES).
018 Justificaram a ausência: Ricardo Ewald (FEHOFES), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da
019 Saúde), Karina Daleprani Espíndula (COSEMS), Maurício Aquino Paganotti (SIMES), Ida
020 Cecília Baiôco (MOSAVE). Preliminares: Solicitação do Conselheiro Paulo Alves de inversão
021 dos itens 1 e 2 da pauta de discussão que foi acolhido pelo plenário. O Secretário Executivo
022 fez a verificação de quórum regimental e a Presidenta Milene da Silva Weck Terra deu início a
023 seção como o primeiro ponto de pauta: **2 – Apresentação de Relatório de Atividades da**
024 **Ouvidoria da SESA –** O Gerente de Ouvidoria da SESA e Conselheiro do CES Rafael Vulpi
025 Caliarri apresentou o tema aos Conselheiros conforme arquivo enviado previamente. Foram
026 apresentados os slides da Ouvidoria do SUS, com explicação do nascimento da ouvidoria
027 conforme LEI 13.460/2017, defendendo que a ouvidoria é um espaço de inteligência e
028 estratégia para qualquer gestor, explanou sobre as especificidades para ser ouvidor e as
029 manifestações recebidas na ouvidoria são classificadas como, denúncias, reclamações,
030 informações, solicitações, elogios e sugestões. Sobre o projeto sancionado de Pesquisa de
031 Satisfação em dois hospitais: Antônio Bezerra e Silvio Ávidos de Colatina. Repassou os dados
032 de 2020 e o quantitativo mensal de manifestações 2020, sobre planejamento e atuação. Foi
033 aberto o tempo de discussão, que foi dividido em blocos. Conselheiro Gilson Mesquita expõe
034 que a denúncia não retorna ao usuário, e sobre o alerta do GRUPAES e a prioridade da
035 vacinação aos reumáticos crônicos. Reivindica a proposta do conselho de ouvidoria própria
036 para dar visibilidade e prestação de serviços a comunidade. Conselheiro Luiz Tupinambá
037 questiona como vai ficar essa relação da ouvidoria mediante as transformações que a área
038 administrativa propôs. Conselheiro Willian Fontes argui como é a dinâmica de trabalho em
039 relação aos cargos e funções das pessoas na ouvidoria, e sugeriu psicólogos na ouvidoria.
040 Conselheira Denice Silva Gonçalves põe em questão quais os indicadores que são levantados
041 para validar as metas em relação a resposta dos usuários. Com a palavra o Conselheiro
042 Rafael Caliarri Vulpi esclarece sobre o período de respostas ao cidadão dizendo que tem
043 retorno. Sobre a estrutura da ouvidoria da SESA, trabalham com um assistente social mais
044 quatro servidores. Coloca que de acordo com pesquisas e experiências, não seria interessante
045 ter uma ouvidoria específica no Conselho Estadual de Saúde visto que a concorrência nas
046 ações poderia prejudicar o serviço de ambos, e sugere ao CES que acompanhem de perto o

054 trabalho e resultados da Ouvidoria da SESA e acompanhar seus fazer relatórios e resultados
055 através de reuniões e se coloca à disposição. Deixa claro que o público precisa ter serviços
056 específicos de Estado para que quando mude de governo, eles não se percam. Sobre
057 indicadores de respostas, vem trabalhando em relatórios efetivos. A conselheira Elci Lobão
058 Medeiro relatou sua experiência com a ouvidoria e sua insatisfação com a mesma, e
059 questionou como é feito com as respostas insatisfatórias da ouvidoria à população.
060 Conselheiro Antônio Carlos Nogueira do Nascimento discorre sobre as Leis Federais que
061 precisam ser aplicadas e respeitadas, e que a ouvidoria nos hospitais tem o Conselho Gestor,
062 que segundo ele é o principal órgão fiscal do Hospital. Disse que a comissão de
063 monitoramento ainda precisa de ouvidoria e questiona como a ouvidoria faz diante de
064 denúncia. Com relação a implantação de ouvidoria específica no Conselho Estadual de Saúde
065 manifesta sua discordância. O conselheiro Luiz Tupinambá registra que traz esse assunto
066 desde 2019, e que as questões de esclarecimento têm a ver com o entendimento do que foi
067 apresentado, pede respeito a seu pedido de esclarecimento. A presidenta Milene da Silva
070 Weck esclarece que a manifestação livre é prevista na reunião ordinária de acordo com o
071 Regimento. O conselheiro Rafael Vulpi Caliari convida a todos para conhecerem a ouvidoria e
072 fala da importância das ouvidorias municipais. Expõe que hoje se consegue verificar o que é
073 denúncia anônima, cunho político e elogio. Reforça que não aprova o projeto de Ouvidoria no
074 Conselho, sendo que o mesmo deve cobrar o gestor da ouvidoria. Esclarece que os hospitais
075 podem usar os dados que estão na ouvidoria de maneira ética e com sigilo, de acordo com a
076 lei geral de proteção de dados que está em vigor no país. Sobre a pesquisa de satisfação
078 estão avaliando como irão atuar, se através do NPS (Net Promoter Score). Os conselheiros
079 parabenizaram a apresentação e o trabalho que vem sendo realizado, reforçaram a
080 necessidade de haver maior efetividade nas respostas das demandas dos usuários e
081 solicitaram o envio de relatórios ao CES com registro dos principais temas solicitados. O
082 Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, informa que o Secretário Nésio Fernandes
083 de Medeiros Junior precisou se ausentar para uma reunião com o governador. Conselheiro
084 Antônio Carlos Nogueira do Nascimento mostra sua insatisfação com as inversões de ponto
085 de pauta e pontua que o Conselho é um órgão deliberativo e deve ser tratado com respeito.
086 Presidenta Milene da Silva Weck diz que é importante registrar que independente das
088 agendas que a SESA tenha, ela precisa ter compromisso com este Conselho. **1 – Análise e**
089 **encaminhamentos sobre as ações do Governo do Estado no enfrentamento ao COVID19**
090 – O tema não foi apresentado devido a ausência dos representantes da SESA encarregados
091 de fazer a apresentação. **3 – Informe sobre a Organização e Funcionamento dos**
092 **Conselhos Gestores de Unidades de Saúde –** O Conselheiro Antônio Carlos Nogueira do
093 Nascimento – Coordenador da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Gestores de
094 Unidades de Saúde apresentou informe destacando os seguintes temas que necessitam de
095 posicionamento do Pleno do CES, quais sejam, Prorrogação de Mandato dos Conselho
096 Gestores; Abertura de Processo Eleitoral dos Conselhos Locais; aprovar Resolução de
097 Processo Conselhos Locais; Resolução de Anulação da Portaria 030; Relato Parcial das
098 visitas à Mimoso do Sul, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; Relato das visitas da
099 Comissão dos Conselhos Locais nos Hospitais HEUE e Dório Silva com diretores e Conselhos
100 Locais; relato da reunião realizada em outubro e novembro de 2020 e; situação de membros
101 da Comissão. Por fim, informa que encaminhará na próxima semana um relatório detalhado
102 com pedido de providências a Mesa Diretora e ao Pleno do CES. A presidenta do CES registra
103 que fez uma análise de todos os relatórios das reuniões da Comissão de Acompanhamento do
104 Conselhos Gestores do ano de 2020, que se encontram disponíveis no CES, assim como as
105 mensagens recebidas do Coordenador da Comissão. Devido o assunto ter sido trazido ao
106 Pleno como informe por falta de subsídios para discussão, os temas que carecem de
107 deliberação serão pautados para a próxima reunião do colegiado. A presidenta Milene da Silva
108
109
110
111

112 Weck instrui que conforme está estabelecido é o momento da relatoria da Mesa Diretora, dita
113 que na última reunião da Mesa foi solicitado um levantamento documental de todas as atas
114 das comissões para verificar encaminhamentos. Em uma das atas estava o relato do
115 Conselheiro Paulo Alves alegando que não estava recebendo convocação da reunião. Foi
116 informado ao mesmo que ainda faz parte da comissão, porque existe procedimentos a serem
117 seguidos quanto a ausência dos membros da comissão. Informa ainda que o pleno do ao
118 estabelecer a continuidade das reuniões não presenciais aprovou que enquanto durasse o
119 período das reuniões virtuais nenhum Conselheiro seria fastado. A Mesa Diretora solicitou que
120 fosse encaminhado para todas as comissões expediente reforçando esses procedimentos, e
121 que nenhuma comissão exclui ninguém, ela indica e envia para à Secretaria Executiva para
122 que se verifique as ausências e se realmente há quantitativo de faltas para posteriormente
123 submeter ao plenária para deliberação. Em relação a questão dos hospitais e as visitas, para
124 quem é membro do Conselho, o Regimento do CES descreve que compete ao Conselho estar
125 acompanhando, fiscalizando e avaliando essas políticas, inclusive o funcionamento dos
126 serviços prestados a população, tanto pública quanto privada, independente de ser do
127 Conselho Gestor. Em relação a Portaria 30, qualquer resolução do Conselho, não está acima
128 de outras legislações. Esse processo eleitoral dos Conselhos Gestores é regulamentado pela
129 Secretária de Saúde. E afirma às comissões e conselheiros que qualquer solicitação precisa
130 estar formalizada via documental. O conselheiro Gilson Mesquita registra que a Portaria 030 é
131 um ato discricionário do Secretário de Estado da Saúde, só ele pode revogar, mas para isso, a
132 presidenta deve encaminhar ofício recomendando ou sugerindo que se faça essa revogação
133 para poder garantir a imunidade desses trabalhadores nesses Conselhos Gestores, porque
134 entendemos que os cargos de diretores são cargos políticos de nomeação e às vezes, por
135 desconhecer a legislação, eles perseguem os trabalhadores. Para enfrentar isso deve-se ter o
136 mesmo tratamento dado ao representante da CIPA que tem imunidade de dois anos, portanto
137 o expediente deve ser encaminhado e se o Secretário da SESA achar conveniente, ele terá
138 trinta dias de prazo para reverter isso, e voltar a normatização anterior. A conselheira Denice
139 Silva Gonçalves, coloca sobre a questão documental de pedido de resposta, e a grande
140 demanda da Comissão de Saúde da Mulher (CISM). Agradecendo ao Secretário Executivo
141 Alexandre de Oliveira Fraga, pedindo um relatório final de tudo que a Comissão executou.
142 Presidenta Milene da Silva Weck, debateu que foi feito correspondência pedindo uma reunião
143 diretamente com a SESA, para falar sobre a necessidade de pessoas para auxiliar nesse
144 procedimento das comissões do Conselho. Vamos elaborar uma minuta desse documento
145 para encaminhar. O conselheiro Luiz Tupinambá evidencia que falta uma equipe jurídica para
146 orientação às comissões, uma vez que, o Conselho é um órgão de Estado, todo decreto que
147 em parte veda a participação dos Conselheiros nos hospitais públicos, não podem ser
148 considerado constitucional, pode ser que em partes a fala da Presidenta esteja correta, mas
149 não concorda, inseri que a administração pública está se tornando cada vez mais privada,
150 pede para que o Conselheiro Antônio Carlos, leia algumas denúncias para todos ficarem
151 cientes que o que acontece não é falta de condições para atender, nem falta de profissional
152 capacitado, é questão administrativa, que é confundido com gestão. O conselheiro Antônio
153 Carlos, faz uma alerta ao Conselho Estadual de Saúde, Conselhos gestores não podem ficar a
154 mercê do Secretário Estadual de Saúde, a deliberação do Conselho é nossa responsabilidade.
155 A Resolução 030, a Mesa Diretora desse Conselho reuniu-se em 2019 com o Secretário, ele
156 deu a palavra que iria suspender ou anular. Reclama que o Conselho Gestor não é chamado
157 para acompanhar processo de vacinação. A Lei do Conselho Estadual nos dá autoridade,
158 temos que fiscalizar os atos do Secretário Estadual de Saúde. No final de 2019, oitenta e sete
159 milhões vieram pra cá para combater ao Covid, e alega que nada foi feito. O conselheiro
160 Mansur Cadaís explica que é unanime o entendimento de desrespeito com os profissionais de
161 saúde que participam dos Conselhos. Essa Portaria 030 precisa ser revista, ela está nas mãos
162
163
164
165
166
167
168
169

170 do Conselheiro Paulo Roberto desde 18/07/2019, ainda tendo como Presidenta a senhora
171 Maria Maruza Carlesso, e não foi deliberado. Pontua que há necessidade de uma orientação a
172 luz do regimento quanto ao funcionamento das Comissões. Concorde com a colocação do
173 conselheiro Antônio Carlos Nogueira do Nascimento quanto a prorrogação do mandato dos
174 Conselheiros Gestores das unidades hospitalares. O conselheiro Antônio Carlos esclarece que
175 a Portaria diz que, enquanto não houver nova eleição, os conselheiros permanecem, alega
176 que precisa de aprovação para que na segunda quinzena de fevereiro comece com os
177 hospitais Dório Silva e o São Lucas. A conselheiro Magna Nery Manoeli pede aos conselheiros
178 para dar mais importância aos Conselhos Gestores dos Hospitais, pois se sentem
179 abandonados, há muita necessidade de o Conselho estar presente dentro dessas unidades, e
180 retornar com o Conselho Gestor que é uma representação muito importante e solicita que a
181 Mesa Diretora reveja a situação dos Conselheiros nessas organizações sociais. Sugere a
182 convocação da AEBES para esclarecimentos. A presidenta Milene da Silva Weck diz que está
183 tudo registrado, e na próxima reunião da Mesa Diretora, serão feitos os encaminhamentos. O
184 conselheiro Gilson Mesquita, pede que deixe registrado que esse contrato que a SESA fez
185 com a AEBES foi de seis meses, e requer esclarecimentos. O conselheiro Antônio Carlos
186 Nogueira do Nascimento, diz que o Conselho Estadual de Saúde não aprovou nada, e que o
187 Governador passou por cima e entregou o Hospital Jayme Santos Neves na mão da AEBES,
188 tudo sem licitação e que precisamos de esclarecimentos e tomar as devidas providências. O
189 conselheiro Silvio Nascimento Ferreira, reforça que esta demanda sobre a Portaria 030 está
190 nas mãos do Conselheiro Paulo Roberto Alves Guimarães desde o dia 18/07/2019, ainda
191 tendo como Presidenta Maria Maruza Carlesso, quando em uma reunião, tendo presente os
192 membros da Mesa Diretora, composta por William Fontes, Rita de Cássia Olímpio Martins, Elci
193 Lobão, Presidenta Maria Maruza Carlesso, e do Sr. Paulo Roberto Alves Guimarães que
194 ainda não era conselheiro, mas assessor do Secretário Nésio Fernandes, e o mesmo na frente
195 de todos/as se comprometeu em resolver, porém, os anos estão se passando e até agora
196 nada, tempo extra que nem sempre é reconhecido pelos gestores. São poucos que nos ouvem
197 e retornam nossas demandas. Quanto a aprovação pelos conselheiros da fundação, fomos
198 chamados como Mesa Diretora para que o Secretário Nésio Fernandes nos ouvisse, e de lá
199 pra cá nada aconteceu. Infelizmente, no mandato da Conselheira Maria Maruza Carlesso foi a
200 mesma coisa, não tinha funcionário, o Secretário Executivo não conseguia nos apresentar os
201 ofícios. No mandato do Sr. Luiz Carlos Reblin deu tudo certo, com funcionários sobrando. Eu
202 como membro do Conselho Gestor do CRE, estou aqui para fiscalizar. Quando se pediu o
203 afastamento do senhor Paulo Roberto Alves Guimarães da comissão de Conselhos Gestores,
204 foi por que ele só ia em reunião que tinha assuntos interessados para ele defender, e na
205 reunião ele queria impor que tínhamos que votar de acordo com o que ele falava, mas ir para
206 rua, ir em hospitais para fazer visitas, isso antes da pandemia, íamos em carros apertados e
207 ônibus para os hospitais da Grande Vitória, por que sempre foi muito dificultoso a liberação
208 dos carros, carro esse que era do conselho, e ele não participava. Espero que em setembro de
209 2021 venham conselheiros que queiram realmente fazer o Controle Social. Precisamos nos
210 preparar para as eleições em agosto. A presidenta Milene da Silva Weck, lembra que o
211 Regimento Interno do CES deixa claro que compete a todos os conselheiros ter livre acesso,
212 acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do sistema único.
213 Finalizada a discussão deste item da pauta e nada a mais havendo a tratar, a Presidente do
214 CES Milene da Silva Weck Terra encerrou a reunião e foi lavrada a presente ata que vai
215 assinada pelo Secretário Executivo do CES, Alexandre de Oliveira Fraga e pela Presidente do
216 CES Milene da Silva Weck Terra.

224
225 Alexandre de Oliveira Fraga
226 Secretário Executivo
227 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

10

228

229 Milene Weck Terra

230 Presidenta

231 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

232

234

235

236

237

238

239

